

**O BANCO DE DADOS RELATIVO AO ACERVO DA FREGUESIA
DE N. SRA. DO PILAR DE OURO PRETO:
REGISTROS PAROQUIAIS E AS POSSIBILIDADES DA PESQUISA¹**

Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos
(UFMG- Coordenadora)
Profa. Dra. Betânia G. Figueiredo
(Pesquisadora, UFMG)
Prof. Dr. Francisco L. Teixeira Vinhosa
(Pesquisador, UFMG)
Jeaneth Xavier de Araújo
(Mestranda UFMG)
Marcos Aurélio
(Mestrando UFMG)
Miriam Moura Lott
(Mestranda UFMG)
Patrícia Porto de Oliveira
(Mestranda UFMG, profa. da FAFÍDIA)
Flávia Cristiny de Moura
(Licencianda e Bolsista BIC/ CNPQ)
Tânia Mara Silva Alves
(Licencianda em História pela UFMG)
Gilson Brandão Cheble
(Consultor e executor em Informática)

**1 O ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA DE NOSSA SRª DO PILAR
DE OURO PRETO (AEPNSP)**

O AEPNSP está inserido dentro da estrutura organizacional da paróquia homônima. Dispõe, atualmente, de definição institucional e de personalidade jurídica própria através do Museu de Arte Sacra de Ouro Preto. Seu acervo tem estreita correlação com as funções desempenhadas pela paróquia, mas contou com a casualidade para constituir-se em um dos arquivos mais importantes de tipo paroquial do Brasil colonial e imperial. Parte da documentação reflete as atividades próprias da jurisdição paroquial.

¹ Também participaram na fase pioneira do presente projeto, quando ele funcionava na Casa dos Contos de Ouro Preto, a diretora Janete Grynberg (Casa dos Contos/ESAF), o Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (UFOP), Maria Teresa G. Pereira (Bolsista Ap/ FAPEMIG) e Maria José Ferro de Souza (BIC/ FAPEMIG). Em todos os momentos esteve presente Gilson Brandão Cheble (consultor em Informática).

Porção substancial do acervo é oriunda das associações leigas sediadas na paróquia que, no período colonial, tiveram autonomia e relativa independência frente à autoridade paroquial. Durante o Império, contudo, a paróquia tornou-se o pólo da vida religiosa em Minas, resultando em acomodação das irmandades. Este processo coincidiu com a decadência da forma associativa como a modalidade básica de sociabilidade das populações mineiras. Neste contexto, o desinteresse dos confrades fez com que a paróquia assumisse várias funções confrariais, inclusive a manutenção dos altares. A documentação interna das confrarias passou, desta forma, para a paróquia, processo este em curso ainda na década de 1990. O acervo do AEPNSP constitui-se, portanto, basicamente de documentação paroquial e confrarial.

A Paróquia do Pilar destacou-se, no cenário nacional, em razão da atilada e agressiva política de preservação de seu patrimônio artístico e de seus históricos acervos documentais, fazendo jus aos prêmios e reconhecimento que seus mantenedores têm obtido de importantes organizações. O AEPNSP beneficiou-se deste contexto e certamente está entre os acervos paroquiais brasileiros mais completos e bem conservados.

O acervo do AEPNSP recebeu tratamento arquivístico em duas ocasiões. Em 1971, o diretor executivo da Fundação de Arte Ouro Preto (FAOP), Rui Mourão, empreendeu esforços no sentido de cuidar dos arquivos paroquiais ouropretanos. Os acervos, cujo recorte temporal vai de 1686 a 1976, receberam higienização, descrição e classificação, trabalhos coordenados pela profa. Myriam Andrade R. de Oliveira, executados por Suely M. Perucci Esteves e Maria das Dores de Paula Alves². A documentação compõe-se de manuscritos produzidos no cotidiano das irmandades, de obras impressas que elas adquiriram visando às cerimônias (biblioteca confrarial) e daquela gerada no âmbito da freguesia pelo vigário e seus coadjutores – registros de batismo, casamentos, óbitos, proclamas, processos de divórcio, testamentos e registros e inventários. Salienta-se o volume da documentação, tendo-se em vista a extensão da jurisdição original da freguesia, envolvendo inúmeras capelas na sede da Vila e nos arraiais.

² Cf. o montante da documentação manuscrita e impressa in: *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, VIII (1990): 11-71.

A partir de 1991, o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO) instalado na Casa dos Contos de Ouro Preto, órgão da Escola Superior de Administração Fazendária, procedeu a microfilmagem da documentação sobredita que foi higienizada e classificada, subordinando-se ao fundo gerador da documentação. Apresenta à disposição do consulente o *Inventário Analítico do Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Sr^a da Conceição de Antônio Dias*, de 1992. O *Inventário Analítico do Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Sr^a do Pilar*, já devidamente preparado, encontra-se ainda sob a forma de catálogo de uso interno. Com trabalho dessa envergadura, a Casa dos Contos procurou manter preservados os originais, bem como facilitar o acesso às fontes, uma vez que no âmbito das paróquias não há pessoal especializado e destinado a atender ao pesquisador.

1.1 O BANCO DE DADOS REFERENTE ÀS SÉRIES PAROQUIAIS DO AEPNSP DE OURO PRETO (SÉCULOS XVIII E XIX)

O projeto supramencionado teve financiamento e duas bolsas (BAP e BIC) FAPEMIG em 1998. Até novembro de 1999 permaneceu na Casa dos Contos de Ouro Preto instituição até então associada³. Nessa primeira etapa discutiu-se bastante os campos que compoariam as planilhas relativas a cada série: batismos, casamentos e óbitos. Após isso, retornou à Universidade Federal de Minas Gerais, onde se encontra devidamente instalado na sala 1025.

Desde então recebe vez por outra bolsas de Iniciação da FAPEMIG e do CNPq e apoio eventual da Pós-graduação do Dept^o de História. Passou a contar também com o auxílio de alguns mestrados que, a partir do sobredito banco de dados, desenvolvem pesquisa própria.

A leitura paleográfica da série batismo foi concluída, perfazendo cerca de dezesseis mil planilhas devidamente digitadas. O processo de lançamento envolve a normatização, a aferição e correções, trabalho este minucioso e ainda em curso. Como decorrência, são salutares as reuniões esclarecedoras sobre a vida cotidiana e religiosa

³ Dessa fase pioneira participaram a diretora Janete Grymberg (Casa dos Contos/ESAF), o Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (UFOP), Maria Teresa G. Pereira (Bolsista Ap/ FAPEMIG) e Maria José Ferro de Souza (BIC/FAPEMIG). Em todos os momentos esteve presente Gilson Brandão Cheble (consultor em Informática).

no antigo Bispado de Mariana, que acabam suscitando vocações para os cursos de bacharelado, mestrado e doutorado.

Diferentemente do batismo, a série casamentos conta com uma leitura paleográfica reduzida⁴. A Paróquia em estudo possui também os banhos, isto é, os proclamas que antecedem ao casamento. A série casamentos já recebeu reflexão preliminar, feita por mestrandas em comunicação coordenada pelo prof. Dr. Francisco Vinhosa durante o simpósio nacional da ANPUH/2.000. Tema por demais instigante, mereceu seminários internos relativos à bibliografia brasileira e internacional sobre matrimônio e as relações de afetividade no Antigo Regime e Época Colonial. A série óbitos vem sendo considerada sob dois enfoques. De um lado, a profa. coordenadora vem tratando a pompa fúnebre, as práticas de sepultamentos, a escatologia católica/tridentina e seus hibridismos culturais na América Portuguesa. Resultou em estudo bastante verticalizado “A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750) presente na *Revista Barroco*, 19 (2001): 45-62.

A partir do sobredito projeto, filiando-se a ele, a profa. Dra. Betânia Figueiredo vem se dedicando ao estudo das doenças, da *causa mortis* e da cura no âmbito do oitocentos mineiro. A partir de financiamento PRPq reservado aos jovens doutores, a profa. constituiu projeto “filhote”, contando com bolsa BIC e recursos. Esclarecemos que a sobredita série encontra-se fechada de 1712 a 1755 e de 1800 a 1838. Há lacunas que devem ser contornadas no tocante à leitura paleográfica, o que exige a participação de bolsistas de Iniciação. Entretanto, este material já totalmente digitado permite inúmeras consultas e cruzamentos de dados.

Ainda está em curso a homogeneização sistemática dos lançamentos a partir da grafia dos nomes, eliminação das abreviaturas, redução do campo "observação" da planilha. Enquanto isso, está sendo feito glossário de termos básicos⁵.

⁴ A série casamento está interrompida (1712 a 1730 e de 1800 a 1808), perfazendo o montante de 237 registros, até o momento. A mestranda Miriam Lott vem completando a leitura da série.

⁵ Agradecemos o empenho da licenciada em História Débora Felipe Alves de Oliveira na confecção do dito glossário.

A profa. coordenadora usufrui de bolsa produtividade do CNPq através de projeto intitulado “Pompa barroca e Semana Santa na cultura mineira 1700-1840” que também faz incursão no presente Banco de Dados e dele se beneficia quando o assunto é devoção pessoal, administração de sacramentos e espaços funerários no âmbito da sede paroquial e das capelas curadas.

Surpreende o leque de possibilidades que o Banco de dados suscita nos estudos voltados para história da família, da infância e das afeições, da sociabilidade confrarial e dos moradores do termo de Vila Rica, da conversão ao catolicismo, do compadrio, da evangelização de inocentes e de escravos adultos, dos ritos *post-mortem*, das doenças e da assistência próprias à Época Barroca (Colonial).

A idéia do projeto é trabalhar tão somente com as séries de alçada paroquial: assentos de Batismos, de Casamentos e de Óbitos, a partir de planilhas previamente elaboradas, que foram se modificando substancialmente durante o conhecimento progressivo daquelas fontes, sempre no sentido de permitir abordagens no âmbito da Demografia Histórica, História Cultural, História dos Artistas e Artífices, Liturgia e Doutrina, História Econômica e Política etc. O período contemplado vai de 1700 a 1899.

Logo de início, decidiu-se pela exclusão dos Testamentos e Inventários, colocando como prioridade as fontes sacramentais⁶. Trata-se de três séries alusivas a importantes ritos de passagem, os quais inscrevem-se dentro das preocupações sistematizadas pelo Concílio Tridentino (1545-1563), reiteradas na Colônia através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia por D. Sebastião Monteiro da Vide (1707). O caráter contínuo do acervo documental mostra a preocupação com os costumes das populações na América Portuguesa, uma verdadeira pastoral baseada nos sacramentos, e até mesmo no controle dos fregueses pelo vigário.

Nesses dois séculos, o vigário colado (o Pilar torna-se colativa em 1724), ou seja o sacerdote fixo, funcionário nomeado pela Coroa, exercia numerosas funções que, somente no final do século XIX, passaram a ser da alçada civil. Para ministrar os sacramentos aos fregueses (paroquianos) daquela vasta jurisdição, o reverendo recorreu regularmente ao auxílio de capelães coadjutores. Contudo, os livros de assentos eram de sua estrita responsabilidade.

⁶ A série testamentos muito recentemente vem sendo trabalhada por equipe coordenada prof. Dr. Marcos Magalhães Aguiar/UNB.

O nascimento e a morte eram documentados através das atas de batismo e de óbitos, o casamento era válido apenas se celebrado por autoridade diocesana. O pároco e seus coadjutores, arrolavam todos os fregueses (paroquianos), em dia com a desobriga - preceito da confissão e comunhão durante a Quaresma -, róis que eram enviados à sede do Bispado e, daí, finalmente à Mesa de Consciência e Ordens. A sede da paróquia realmente “recenseava” as populações católicas através dos ritos devidamente registrados, não perdendo o controle nem dos negros boçais (bugre, que não fala a língua da terra), que eram conhecidos pelo menos na hora da morte quando recebiam o batismo *in-extremis*. Com a prática do controle paroquial sobre a vida das pessoas, tem-se na longa duração processo de desenvolvimento do ideal tridentino, tão bem expresso nos três sacramentos estudados.⁷

No atual momento é feita a leitura paleográfica dos registros de casamentos e de óbitos faltantes. Somos gratas a Casa dos Contos que periódica e diligentemente vem nos passando as cópias dos microfilmes.

Não é preciso insistir na importância da Paróquia do Pilar de Vila Rica, que além de ter sido, no XVIII, rica e populosa, congregava o maior número de confrarias: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Nossa Sr^a do Pilar, Rosário dos Pretos, São Miguel e Almas, Senhor dos Passos, Santo Antônio, Sant' Ana, São José dos Pardos, São Francisco de Paula, Mercês e Misericórdia, Ordem Terceira do Carmo, Sagrados Corações, São Miguel e Almas e Senhor Bom Jesus de Matosinhos no Alto das Cabeças.

Em Vila Rica, a Matriz do Pilar destacou-se como oficial, pois nela se faziam as comemorações alusivas ao Nascimento, Casamento e Exéquias de membros da família Real, bem como as posses de Governadores da Capitania, festejos promovidos pelo Senado da Câmara (Anjo Custódio do Reino, São Sebastião, Corpus Christi, São Jorge e da padroeira da Vila – neste caso Nossa Sr^a do Pilar) etc. Frequentemente, seu interior foi ataviado com magnificência, segundo a pompa barroca, e nele incensados solenemente os magistrados da Câmara.⁸

⁷ Jean Delumeau, Confissão e Perdão. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

⁸ Pesquisadores que recorreram ao sobredito arquivo: Furtado de Menezes, Raimundo Trindade, Ivo P. de Menezes, Francisco Curt Lange, Caio C. Boschi, Myriam R. de Oliveira, Rui Mourão, Marília Andrés Ribeiro, Marcos M. Aguiar e Adalgisa Arantes Campos.

Mais do que um Banco de Dados em andamento o que se tem é um verdadeiro laboratório de pesquisa que qualifica bolsistas, bacharelados, mestrados etc.

2 CASAMENTOS DE ESCRAVOS COM TESTEMUNHAS ESCRAVAS⁹

É consensual na bibliografia referente ao matrimônio o papel normatizador desempenhado por este sacramento sobre as populações coloniais. Esse aspecto fica evidente na região das minas (ocupada inicialmente por forasteiros e aventureiros, ávidos de enriquecimento), onde houve rapidamente a formação de uma sociedade urbana complexa exigindo a montagem de aparelho organizador e repressor das desordens: “Na luta para extirpar o concubinato, Igreja e Estado apresentavam-se como parceiros em uma batalha essencial na guerra pela disseminação e preservação da família legítima”.¹⁰ Nesse caso em particular o poder espiritual era veiculado através do clero diocesano que zelaria pela vida social e familiar, engajado em uma perspectiva reformadora dos costumes e da crença (ainda que de longa duração). Para se ter idéia da importância dada ao casamento como forma de controle das populações, observa-se a reincidência do grande número de denúncias e punições determinadas pelas visitas diocesanas acerca das uniões consensuais¹¹.

Os impedimentos para a realização das bodas eram vários: as custas e a dificuldade para se localizar e reunir os papéis necessários e o pequeno número de mulheres brancas presentes na região das minas até o final do século XVIII. Manuais portugueses do século XVI, defensores de uma concepção nobiliárquica, já orientavam sobre os casamentos entre pares¹². Justamente por isso, iniciativas foram tomadas para facilitar a realização de casamentos na colônia, como a pena de degredo de criminosas para o Brasil e a dispensa de obrigações canônicas para as uniões de indígenas. Contudo, tais medidas adotadas não foram suficientes para se evitar a longevidade dos concubinatos ocorridos nas Minas do Ouro.

⁹ Miriam Moura Lott, mestranda/UFMG

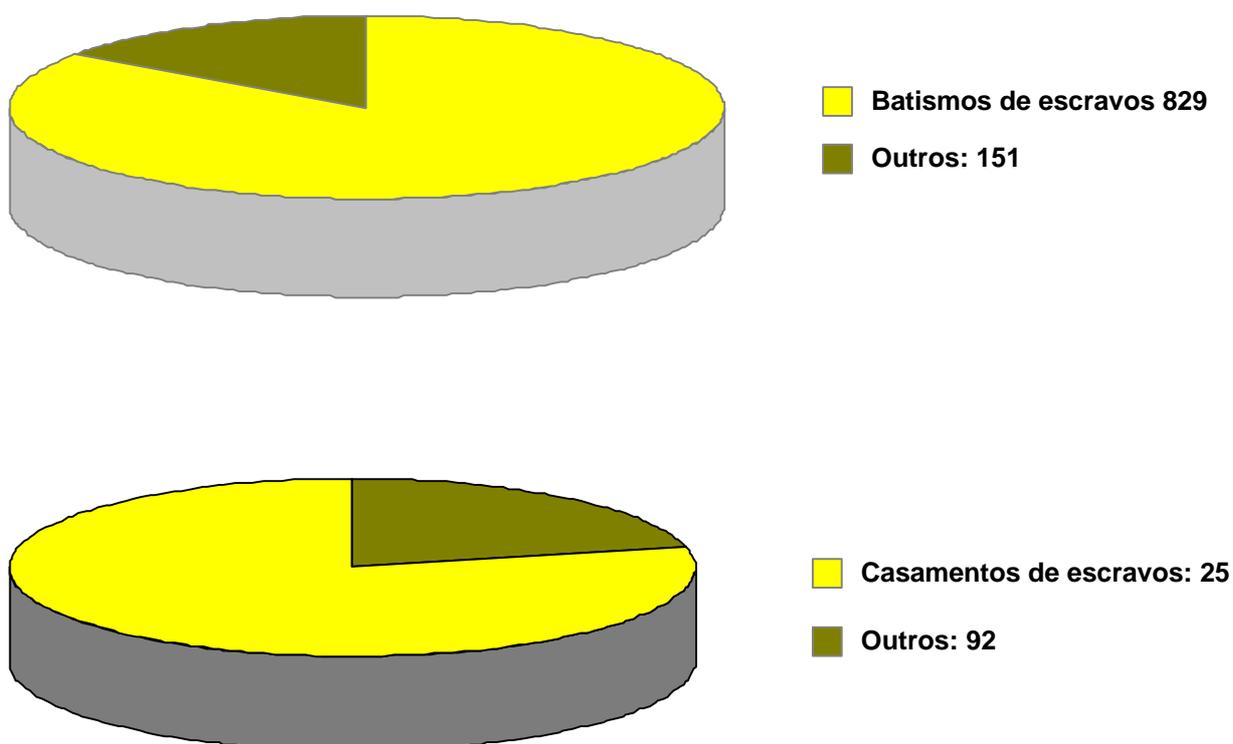
¹⁰ FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹¹ SOUZA, Laura de M. *Desclassificados do Ouro- a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. pp. 141- 214.

¹² ALMEIDA, Ângela Mendes de. Os Manuais Portugueses de Casamento dos Séculos XVI e XVII. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, no. 17, set. de 1988.

No período de 1712 a 1739, temos a realização de 980 batismos enquanto o registro de apenas 117 casamentos. O número de batismos de escravos é de 829, enquanto o de casamentos entre cativos é tão somente 25. Há um forte descompasso entre o primeiro sacramento e aquele do matrimônio.

BATISMOS E CASAMENTOS 1712/1732



É evidente que o casamento entre brancos era incentivado para formar uma elite fiel ao governo português e à cultura católica. Toda a mobilização para se trazer mulheres da Europa e mantê-las aqui se deve ao “medo” da miscigenação. Com relação aos mestiços o sacramento também serviu como fator de acomodação: “Para a ideologia colonialista, os mestiços, em geral libertos, representavam uma população indisciplinada e inquieta”.¹³ Mas, o que dizer do casamento entre escravos? Qual era a instrução específica à união legítima dos negros?

As autoridades diocesanas defendiam o matrimônio de escravos e libertos, (pois entendiam que era melhor do que viverem com tratos ilícitos). As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia deixam claro que o casamento em nada mudaria a condição social dos cativos.

Elaboramos uma reflexão preliminar sobre o papel do casamento entre escravos e a escolha de testemunhas também escravas no primeiro terço da ocupação das Minas. A situação jurídica do escravo é bastante contraditória. Em alguns aspectos ele é considerado um objeto, uma mercadoria, um bem. Por outro lado, são criaturas de Deus, têm os mesmos direitos sacramentais como batismo, casamento, acesso à justiça e por mais estranho que pareça, a ter a seu serviço, outros escravos. Mediante isso, pergunta-se: A realização do matrimônio deveria passar pela permissão e aprovação dos senhores? Qual era o grau de autonomia dos escravos em sua decisão de se casar? Como se fazia a escolha de testemunhas para tal cerimônia? Haveria critério baseado na afetividade ou eram pessoas que ocasionalmente estavam no local, chamadas aleatoriamente para dar testemunho à cerimônia religiosa?

Das 117 atas de casamentos ocorridos no período estudado, temos 25 casamentos entre escravos. Consta ainda, nestes documentos, oito matrimônios mistos. Dois, em que a noiva escrava casou-se com livre e seis onde o noivo, escravo, casou-se com forra. Não trataremos, neste caso, destes últimos. Além disso, deparamos com um dado interessante. Somente quatro casamentos entre escravos tinham como testemunha, um ou dois companheiros de cativeiro, sendo que os quatro casos ocorreram bem no início da atividade mineradora, entre 1713 e 1715.

¹³ FIGUEIREDO, Luciano. Op cit, p. 28

2.1 MATRIMÔNIO DE ESCRAVOS COM TESTEMUNHAS ESCRAVAS: 1712/32

	Nome	Origem	Cond. Social	Dono	
Noiva	Josepha	África	escrava	Manoel Gonsalves Pereira	1713
Noivo	Domingos	África	escravo	Manoel Gonsalves Pereira	Igreja Matriz do Pilar
Testemunhas	Mateus		escravo	João Gomes	
	Joseph		escravo	João Gomes	

	Nome	Origem	Cond. Social	Dono	
Noiva	Gracia	Guiné	escrava	Antônio Penedo	1715
Noivo	André	Guiné	escravo	Antônio de Andrada Goes	Igreja Matriz do Pilar
Testemunhas	Christovão		escravo	Antônio de Andrada Goes	
	Francisco		escravo	Antônio de Andrada Goes	

	Nome	Origem	Cond Social	Dono	
Noiva	Maria	Costa Mina	escrava	Joseph Rodrigues	1715
Noivo	João	Costa Mina	escravo	Joseph Rodrigues	Igreja Matriz do Pilar
Testemunhas	Pedro Soares		escravo	Paschoal da Sylva Guimarães	
	Pedro Rodrigues		escravo	Paschoal da Sylva Guimarães	

	Nome	Origem	Cond. Social	Dono	
Noiva	Maria	Guiné	escrava	Antônio da Costa Gouveia	1715
Noivo	Antônio	Guiné	escravo	Antônio da Costa Gouveia	
Testemunhas	Salvador Figueiredo		Forro		
	Ventura da Sylva		escravo	Paschoal da Sylva Guimarães	

Notamos que todos ocorreram bem no início da ocupação das Minas. Depois disso, esta situação não ocorreu mais. Ainda referindo-me a Luciano Figueiredo: “o grande despertar das autoridades para uma política sistemática de estabilização e disciplina da população mineira se situa nos anos 20, quando as revoltas de Vila Rica e Pitangui ameaçam a continuidade da dominação colonial.”¹⁴ É possível que exista relação entre o controle metropolitano e a ausência de testemunhas escravas para os casamentos, pois certamente os laços de compadrio fortaleciam relações de sociabilidade. Quanto à autonomia para que escravos se casassem, só foi possível numa sociedade flexível, diferente da estrutura social agrária formada no litoral nordestino.

¹⁴ FIGUEIREDO, Luciano. Op. Cit. P. 25.

Sobre a posição dos senhores, não havia no início do século XVIII preocupação determinante dos proprietários ao incentivo dos casamentos para ampliação de seus cativos. A compra de escravos já adultos, com condição de retorno financeiro imediato, era possível e sem dificuldade. Além disso o seu preço de venda poderia ficar prejudicado, pois as *Constituições Primeiras* prescreviam que escravos casados não fossem vendidos separadamente:

“conforme o direito divino e humano os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele no tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os pode tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo ou por ter outro justo impedimento, o não possa seguir...”

Parafraseando Beatriz Nizza: “Isto seria verdade se os senhores obedecessem às normas ditadas pela Igreja, o que não acontecia neste caso específico. Como a norma era constantemente violada, não se pode cogitar nela como obstáculo às uniões matrimoniais entre escravos”¹⁵.

3 ÓBITOS DA PARÓQUIA DO PILAR DE OURO PRETO: 1745/50¹⁶

Na historiografia brasileira vários estudos incidiram sobre o processo de povoamento de Minas Gerais e suas características. Encontrou-se nas Minas coloniais uma urbanização mais intensa, maior diversidade de ocupações, economia marcada pela monetização aurífera e uma mobilidade social maior que nos demais territórios da América portuguesa.

Na colônia as funções exercidas pela Igreja Católica em respeito à administração eram muito importantes. Para além das necessidades espirituais, a Igreja setecentista, como instituição indissociável da Coroa portuguesa, era absolutamente presente no cotidiano. As ocorrências da vida civil passavam pelos livros paroquiais. Registros eclesiásticos demarcavam as etapas da vida do habitante da América portuguesa: o nascimento, com o batismo, confissão e comunhão com os róis de desobriga, do matrimônio e principalmente, a morte, com os registros de óbitos.

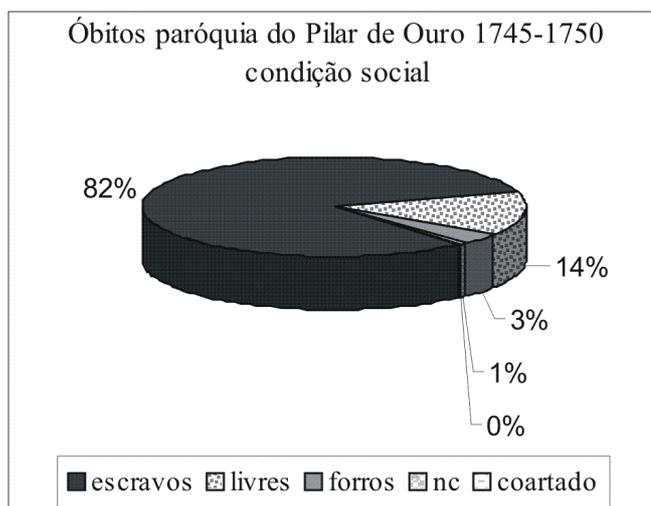
¹⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.

¹⁶ Marcos Aurélio de Paula Pereira, mestrando/UFMG

Através do exame de fontes seriais dos registros da Igreja, a historiografia tem especulado as dimensões do universo econômico, social e cultural de Minas. O banco de dados supracitado possui séries desses documentos, permitindo conjecturas sobre a sociedade mineira quanto às variações populacionais ocorridas na freguesia do Ouro Preto. Aqui concentramo-nos principalmente sobre a demografia escrava através de óbitos e batismos. Nossas análises são parciais, demonstrativas da utilidade do banco de dados. Escolheu-se pois uma pequena amostra, o primeiro quinquênio após a criação do bispado de Mariana, 1745-1750, que esteve sob direção de D. Frei Manuel da Cruz.

Durante os séculos XVI e XVII os maiores centros escravistas eram Bahia, Pernambuco e, em menor escala, o Rio de Janeiro. Com a descoberta do ouro brancos, negros e mulatos seguiram para a região mineradora. Entre os anos 1698 e 1717 a estimativa de entrada de escravos anual nas Minas é de 2.500 a 2.700. Em 1717 a população chegou a aproximadamente 33.000 pessoas, aumentando para 50.000 em 1723 e alcançando em 1735, a cifra de 96.000 habitantes.¹⁷ Seguindo as indicações do Códice Costa Matoso para Vila Rica, entre 1745 e 1749, sua população escrava variou entre 16.983 e 20.168 cativos.¹⁸

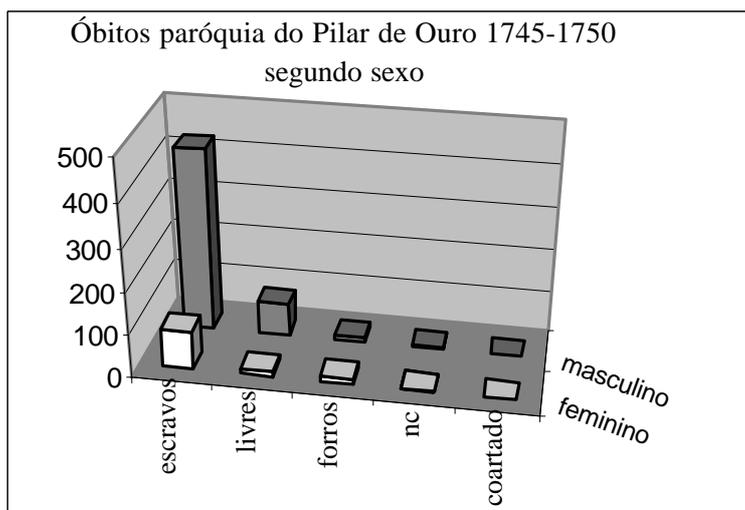
Concentramos em princípio nos registros de *óbitos* e em seguida nos *batismos* analisando a divisão das categorias sociais a respeito das mortes nesse período.



¹⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. *The Black Man in Slavery and freedom in colonial Brazil*, Oxford: the MacMillam Press Ltd. 1982 p. 29. As estimativas do autor baseiam-se nos cálculos de Mauricio Goulart IN; GOULART, Mauricio. *A Escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975. p. 164-5

¹⁸ *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000, p. 406-413. Os dados das entradas semestrais foram somados por ano.

O auto índice de mortes de escravos no período (82%) é significativo. Pode indicar as condições de trabalho degradantes destes, assim como a despreocupação dos senhores com a saúde dos cativos, visto a possibilidade de substituí-los, contando-se com o comércio de escravos para a região. A superioridade de óbitos de livres (14%) sobre os forros (3%) e coartados (apenas 1) pode significar que poucos senhores paroquianos do Pilar, alforriaram seus escravos nesse período.



O gráfico acima demonstra a grande mortandade de escravos do sexo masculino. Mostra também a diferença da morte dos livres entre homens e mulheres com a superioridade do sexo masculino entre os óbitos. Apenas na categoria dos forros os valores quanto ao gênero se aproximaram. À seqüência dos óbitos é possível comparar a freqüência dos batismos para o mesmo período.



O comportamento seguiu os padrões dos óbitos. Mais escravos batizados, seguidos dos livres. Esses dados tendem a confirmar as estimativas quanto às imigrações no em Minas no século XVIII. Isso pode ser percebido através da amostra. Por exemplo, trabalhando com os óbitos dos escravos, diminuindo assim o efeito da reprodução endógena do sistema escravista mineiro, encontraremos alto índice de mortes de escravos oriundos de diversas etnias africanas, 75,6 % dos óbitos. Destes 87,1% foram de homens contra apenas 12,9 % de mulheres. A incidência de forros também foi pequena, 1,3 %.

Soma-se a essa conjectura o fato de boa parte dos escravos que estão recebendo o sacramento do batismo serem adultos, 45%. Novamente os escravos do sexo masculino estão mais presentes, 1/3 dos cativos batizados em fase adulta são homens.

Esses são apenas alguns cruzamentos possíveis do Banco de dados da Paróquia do Pilar de Ouro Preto. A série dos óbitos permite ainda verificar a incidência dos sacramentos recebidos pelos moribundos nas diferentes categorias, a escolha do lugar para sepultura, formas de preparação para a iminência da morte e mais dados da vida dos falecidos. Assim, é possível analisar ao mesmo tempo aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade mineira setecentista habitante de Ouro Preto.

4 AS PRÁTICAS DE SEPULTAMENTO NA FREGUESIA DO OURO PRETO, 1712/50: O HOMEM RICO¹⁹

O presente estudo refere-se à série óbitos do Banco de Dados em questão. Durante o trabalho rotineiro de leitura paleográfica dos microfimes pudemos perceber características da sociedade mineira do setecentos. Contudo, os resultados encontrados não são definitivos. Por ora, demonstramos possibilidades de cruzamentos de informações disponíveis e as tendências verificadas até então.

A partir de dados obtidos nos registros de óbitos analisamos as práticas de sepultamentos em Vila Rica, notadamente na freguesia do Pilar, entre 1712 e 1750. A série, bastante contínua, demonstra a preocupação das populações católicas com os ritos fúnebres e o próprio controle exercido pela Igreja. Nos assentos há destaque para a condição social (livres, forros e escravos), ou seja, desde que tenha sido batizado, a sede da paróquia contabiliza todos os seus fiéis.

¹⁹ Flávia Cristiny de Moura e Tânia Mara Silva Alves, bolsistas BIC/CNPQ e BIC/FAPEMIG

Condição	Quantidade
Livres	375
Forros	52
Coartados	01
Escravos	723
Não consta	15
Total	1166²⁰

Naquela sociedade havia a crença no corpo místico da Igreja, do qual participavam somente os batizados. Estes constituíam a chamada Jerusalém Peregrina; as almas do purgatório, a Jerusalém Padecente; e os santos e anjos, a Jerusalém Triunfante²¹. Segundo a ideologia do corpo místico da Igreja há uma ativa intercomunicação entre as partes, a ação de uma interfere nas outras. Contudo, se os ensinamentos e dogmas eram comuns aos católicos daquela sociedade, as práticas de sepultamento variavam de acordo com a condição social e econômica do defunto e/ou sua família, conforme veremos.

No catolicismo a morte era o momento decisivo, quando o indivíduo seria posto a prova pela última vez e julgado por seus pecados. Portanto, ela era esperada e até bem vinda, significando a recompensa por uma vida casta. Temia-se somente o falecimento repentino, verdadeiro empecilho para a preparação da alma.

O testamento materializava essa preocupação. Nele estava a vontade do testador sobre o destino dos bens, do corpo e principalmente dos ritos após o falecimento, ou seja, missas, ofícios, acompanhamento à sepultura, etc²². A crença na intercessão dos vivos em favor dos mortos imputava grande poder às orações feitas para os que partiram. Acreditava-se que, quanto maior o número de missas rezadas, menos tempo permaneceria o defunto “hospedado” no purgatório²³.

²⁰ Os números disponíveis dizem respeito à freguesia do Pilar e, ainda assim, não são definitivos.

²¹ através dos sepultamentos pelo CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A Idéia do Barroco e os Desígnios de uma Nova Mentalidade: a Misericórdia amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750)”. IN: *Revista Barroco, - O Território do Barroco no Século XXI*. 19 (2.000): 45-68.

²² Cf. estudo pioneiro CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Considerações sobre a Pompa Fúnebre na Capitania das Minas – O século XVIII”. IN: *Revista do Depto. de História da FAFICH/UFMG*. IV (1987): 1-24.

²³ “A portada da Capela de São Miguel e a veneração às almas do purgatório, Vila Rica- Brasil (século XVIII)” IN: SCHUMM, Petra (ed.). *Barrocos y Modernos nuevos caminos en la investigación del Barroco iberoamericano*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998. Pp. 231- 241. Cf. ainda da autora “Irmandades mineiras e missas” IN: *Varia Historia UFMG*. 16 (1996): 66-76.

A pompa fúnebre constava de todo o cerimonial do enterro, desde o dobre dos sinos, o cortejo com o morto acompanhado de padres, irmandades, com cruz alçada e com música até o sepultamento final no templo. Rezavam-se missas de corpo presente, ofícios e acendiam-se velas para iluminar o transe da alma do defunto. As últimas vontades eram detalhadamente descritas pelo falecido em seu próprio testamento.

Quando o assento de óbito traz junto o registro do testamento observa-se a instituição de legados pios, ações piedosas que serviam para reforçar o arrependimento do falecido tais como libertar escravos, reconhecer filhos ilegítimos, dotar órfãs, doar pertences e ouro a hospitais e casas de caridade, etc. Outra prática recorrente nos testamentos era a instituição da alma como herdeira absoluta. Nesses casos, após pagas as dívidas, o restante dos recursos era empregado nos ritos *post-mortem*. Providenciava-se isso para provar o desprendimento dos bens terrenos. No entanto, esse conforto espiritual era para poucos. Se a morte iguala a todos, a pompa fúnebre os diferencia. Varias vezes nos deparamos com afirmações tais como “não fez testamento por ser pobre e não ter o que testar”. O homem comum, em geral, tinha sepultamento simples. Havia mesmo quem não possuísse o necessário para pagar por uma sepultura pouco valorizada, dependendo da caridade alheia para um fim ao menos digno.

A crença na intercessão entre os mundos deixou uma brecha por onde se vislumbrou a possibilidade de expiação dos pecados cometidos ao longo da vida através de orações e caridade solicitadas em última hora nos testamentos. Mostrar arrependimento e respeito, muitas vezes significava tentar atenuar a conta com o Criador dando-lhe preces, doações e atos piedosos em troca das inúmeras transgressões. Forjando-se assim, um instrumento para acalmar a consciência dos cristãos. A título de exemplificação a tabela abaixo quantifica a relação entre condição social e número de testamentos.

Condição	Testamentos
Livres	101
Forros	16
N/C	01
Escravos	02
Total	120

Depois do exposto fica fácil observar a condição financeira da maior parte dos testadores, deixando clara a posição de superioridade do homem rico nessa *economia da salvação*, quanto maior o capital empregado, melhores serão as oportunidades de salvação. Os menos afortunados, uma vez impossibilitados de testar, voltavam sua atenção para o local de enterro. Na cultura Barroca do século XVIII, verifica-se enorme importância ao ato de dar sepultura e rogar pelos mortos. Além disso, salvar a alma é a grande preocupação desses homens²⁴.

O templo, entendido como a morada de Deus, criava naquele homem a necessidade de ser enterrado em solo sagrado. E, quanto mais próxima do altar, mais desejável a sepultura, pois acreditava-se que a proximidade física com os santos garantia a proteção destes no além. Dessa forma, o recinto religioso era hierarquizado, ficando grosso modo, os ricos com as sepulturas mais próximas da capela-mor, e os mais pobres, na nave. Aos forros, livres empobrecidos e a maioria dos escravos restavam o adro (*covas apud ecclesiam*). Embora considerado sagrado, era indesejado pelos cristãos em geral, pois aberto, estava sujeito a profanações. Havia ainda os sepultamentos em cova da fábrica *pelo amor de Deus*. Covas concedidas gratuitamente aos “notoriamente pobres” ou forasteiros²⁵, pertencentes à fábrica, ou seja, à administração dos bens e receitas da paróquia.

A valorização das campas no interior do templo, geralmente destinadas aos mais distintos, refletia a segregação do espaço. Apresentamos a seguir dados relativos apenas aos enterros dentro (*covas ad sanctos*) e fora da Matriz do Pilar (desconsiderando-se as covas de irmandades) por condição social.

LOCAIS DE ENTERRAMENTO POR CONDIÇÃO SOCIAL

Condição	Adro	Nave ou corpo (Indeterminado)	Nave
Livres	02	106	12
Forros	01	07	00
Escravos	515	10	00
Não consta	01	02	00
Coartados	01	00	00
Total	522	125	12

²⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Op. Cit.

²⁵ CAMPOS. A Idéia do Barroco e os Desígnios de uma Nova Mentalidade ... Op, Cit.

Novamente, notamos a preeminência dos livres obtendo lugares privilegiados.

Uma boa morte incluía o recebimento dos sacramentos da extrema-unção, confissão e eucaristia e, em alguns casos até o batismo de escravos adultos. Para a Igreja, a administração dos sacramentos era o último recurso em vida para a purificação do corpo e alma do moribundo. Dependendo da situação, eles poderiam ser ministrados completa ou parcialmente:

Os efeitos próprios desses sacramentos são muitos, e principalmente três. O primeiro é perdoar-nos as relíquias dos pecados, pelos quais faltava satisfazer da nossa parte, ficando por isso aliviada a alma do enfermo. O segundo é, dar muitas vezes, ou em todo, ou em parte a saúde corporal ao enfermo, quando assim convêm para bem de sua alma. O terceiro é, consolar ao enfermo, dando-lhe confiança, e esforço, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade”.²⁶

Embora todos os moribundos tivessem o direito sagrado de receber os sacramentos²⁷ independentemente de posição social, o cruzamento dos dados revela certa preferência pelo atendimento dos livres e abastados em Vila Rica setecentista. Observa-se que, a revelia das disposições diocesanas, a administração dos sacramentos era menor quanto mais pobre o indivíduo.

Não podemos, entretanto, imputar os motivos à escolha declarada dos ministros da fé em assistir a elite, ainda que talvez se possa creditar o fato a eventuais “descuidos” apontados em relatórios de visitas paroquiais. Sabe-se também da dispersão populacional, da distância, dos crimes e precariedade dos caminhos, empecilhos ao atendimento das necessidades espirituais. Além do mais, as próprias *Constituições Primeiras* condenam a atuação dos senhores por não facilitarem o acesso de seus escravos à paróquia ou não avisarem os padres em tempo hábil. Todos esses fatores podem ser explicações para a desproporção do que se segue.

²⁶ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707 Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720*, livro 1, título XKVI, p. 81.

²⁷ Excluem-se aí os meninos e meninas que não tem o uso da razão (inocentes), os que morressem por morte violenta por justiça, os que entram em batalha, ou larga e perigosa navegação no mar, os excomungados e impenitentes que tiverem em pecado público, os insanos, e os que faleciam repentinamente.

ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS E CONDIÇÃO SOCIAL²⁸

Condição	Todos	Parcial	Nenhum	N/C	Total
Livres	245	34	47	27	353
Forros	35	09	06	01	34
Escravos	84	420	121	11	635
Não consta	04	03	04	02	13
coartados	00	01	00	00	01
Total	368	467	178	41	1054

No período em questão, note-se em números absolutos que escravos nem de longe alcançam os livres no recebimento total dos sacramentos. Em termos de proporção à diferença se acentua: 70% dos livres contra 13% dos escravos, percentual idêntico ao de livres sem nenhum sacramento. Interfere nesse resultado as denominadas “mortes apressadas” ou “repentinas²⁹”, corriqueiras nos assentos transcritos e ainda os acidentes que em princípio acometem a todos sem distinção.

Em resumo tentamos evidenciar as diferenças sociais de pompa fúnebre naquela sociedade barroca. Não pretendemos com isso, afirmar a total dependência dos ritos às condições sociais e econômicas do homem e/ou grupo familiar. Fatores como importância política, distinção social, afeição e convicções pessoais não podem, nem devem, ser descartados. Do mesmo modo, não temos a pretensão de esgotar o tema, sempre sujeito a novas abordagens.

²⁸ Os dados acima excluem as os anjinhos pelos motivos já apresentados.

²⁹ A natureza sucinta dos assentos não nos dá a clara dimensão do significado desse termo. Podemos apesar disso, intuir falecimentos por causas não provocadas já que, assassinatos, brigas, afogamentos, acidentes, etc, costumam vir discriminados. Outro significado possível é o descompasso entre o tempo da morte e o tempo necessário para a chegada do sacerdote, também presente na expressão comumente encontrada: “*não recebeu os sacramentos por a morte não dar lugar*”.

5 ASSENTOS DE BATISMOS DE ESCRAVOS ADULTOS 1712/50³⁰

Do ponto de vista doutrinário o batismo³¹ é de todos os sacramentos o primeiro e o mais indispensável para o Cristianismo. Através deste rito de passagem o cristão passa a pertencer à Igreja Católica; os demais sacramentos (Comunhão, Confirmação ou Crisma, Penitência, Matrimônio, Sacerdócio e Unção dos Enfermos) somente podem ser ministrados mediante a pessoa ter sido anteriormente batizada. A atividade mineral do setecentos exigia grande número de escravos uma vez que nos solos de Vila Rica podíamos encontrar:

ouro, platina, prata, cobre, ferro, estanho, chumbo, mercúrio, antimônio, bismuto, amianto, talco, pedra calcária, granito de que se cortam portadas e mós, jaspe preto veiado de branco, pedras de amolar lousas com que cobrem as casas em parte em parte, carvão de pedra, salitre, argilas brancas, vermelhas mais ou menos coloridas, amarelas, roxas e negras que tingem de preto; diamantes, rubis, esmeraldas, crisólitas, topázios, safiras, águas – marinhas, ágatas, ametistas, pingos d’ água, cristais, pederneiras,³²

A partir da análise das planilhas da série batismos verificamos: modos de vida, a mobilidade física, cultural, social e política dos escravos que exerciam tais atividades. Não apenas o deslocamento físico-geográfico, mas também os cruzamentos culturais que foram aproveitados por esta sábia população escrava que tem papel ativo na história da Vila. Enfim, modifica-se o conceito de documento, problematizando o mesmo em seu potencial de estrutura informativa. Como afirma Foucault, o documento deixa de ser matéria inerte “distingue o que é pertinente do que não é, delimita elementos, define unidades, descreve relações”.³³ Segundo Sylvio de Vasconcellos, a imigração intensa (composta evidentemente de aventureiros de ânimo forte e ambição maior), dificilmente seria controlável por normas de moral ou de direito, enquanto não se estabelecessem os fundamentos sociais e a boa ordem administrativa jurídica. “Convém salientar a forte tendência urbana dos povoadores das Minas, manifestada mesmo pelos

³⁰ Patrícia Porto de Oliveira, profa. da FAFIDIA e mestranda/UFMG

³¹ Batismo: Do Gr. “Baptismos” – Imergir , mergulhar, colocar para dentro de.

³² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia História da Província de Minas Gerais , 1837* . Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro. V.1 p. 65-6.

³³ FOCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972. P. 13.

que se entregavam a trabalhos rurais, a maioria não dispensando casas no arraial, ainda que para desfrutá-las apenas nos dias de folga”.³⁴

Pelo tombamento de 1734, por exemplo, consta que em Vila Rica, “entre o Passa-Dez e Padre Faria, 538 casas ou seja 4304 habitantes, à razão de oito por moradia”.³⁵ Esclareço que estes dados se referem à população livre, proprietária dos imóveis recenseados; encontram-se excluídos os escravos.

A demonstração da riqueza de Vila Rica e dos assentos de batismos de escravos adultos constituem trabalho específico, manancial para o estudo de gama imensa de aspectos históricos, demográficos, econômicos, sociais, artísticos e culturais, tendo em vista a existência de série contínua, bastante expressiva; além de ser um tema que não foi estudado:

“É no momento de fazer o assento do batismo que se imprime nos escravos a marca de sua procedência. O batismo não apenas insere os gentios no mundo cristão, mas também no mundo colonial. Assim é que os assentos paroquiais fornecem a chave para entender um dos caminhos adotados para inserir elementos dos diferentes gentios na sociedade colonial.”³⁶

A nossa proposta, ao privilegiar o batismo de escravo adulto, “constitui uma tentativa de aproximação com a história da “arraia-miúda”³⁷. Além disso, a própria escassez de estudos sobre o batismo de escravos adultos e a dificuldade em encontrar bibliografia referente ao assunto justifica este texto.

Os escravos adultos têm direito a padrinho ou madrinhas (ou ambos) conforme o direito canônico. São pessoas que no batismo assistem os batizados estabelecendo um parentesco espiritual. *O Código de Direito Canônico* diz que “ao batizado, enquanto possível, seja dado um padrinho, a quem cabe acompanhar o batizando adulto na iniciação cristã. Cabe também a ele ajudar que o batizando leve uma vida de acordo com o batismo e cumpra com fidelidade as obrigações inerentes” (*cân.* 872).

³⁴ LATIF, Miran de Barros, *As Minas Gerais*, p. 118.

³⁵ PM Livro do Tombo. 38, CMOP, p. 21 e ss.

³⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 96.

³⁷ COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraiá Miúda*. São Paulo: MGSP. Editora, 1992

O Batismo de escravo adulto “configurava um sinal característico de escravidão pois a condição jurídica era vinculada ao ingresso na religião cristã, a mesma porta que conduzia à salvação eterna abria o caminho para a submissão”.³⁸

Sendo que nos estudos sobre escravos adultos, pode-se avaliar a procedência “das variações no fluxo de escravos africanos introduzidos na área de apreço”.³⁹ Ou seja, “nunca puderam ser brasileiros sem ser católicos”.⁴⁰ Mesmo após a cerimônia, os escravos adultos batizados continuaram sendo africanos, o brasileiro é o crioulo, nascido na terra.

Além do paradigma ritual do sacramento do batismo em escravos adultos, o assento de batismo é o único documento que oferecia e registrava possibilidades socioculturais tanto aos senhores quanto aos escravos. Tais registros eram feitos pelo vigário da Matriz e seus coadjutores para mapear e controlar a população da freguesia respectiva.

Pretende-se ainda, examinar mais atento desses atores na participação do batismo como rito de purificação e de fidelidade às crenças católicas, transpondo o espaço espiritual visto que através do assento de batismo legitima-se a propriedade do escravo e o deslocamento populacional. O exame dos documentos sugere um acordo tácito ou expresso entre proprietários, padrinhos, escravos e outras “instâncias do poder” envolvidas que permitiam a inserção daqueles já envolvidos na exploração regular do garimpo. Para remontar aos acordos e às formas de sobrevivência cito: Mariza de Carvalho Soares:

“a religião dos africanos e afro-descendentes no Brasil não pode ser a mesma da África. Elas podem se assemelhar, mas o grupo reorganizado, em novas condições, pode optar ou não pela reconstrução de suas antigas formas de organização, seja no nível da cultura, da política ou no social. E mesmo quando opta por ela, nunca reproduz a situação anterior”.⁴¹

³⁸ GOLDSCHMID, Eliana Maria R. *Convivendo com o Pecado na Sociedade Colonial Paulista (1719-1822)*: Annablume, FAPESP, p. 29

³⁹ COSTA, Iraci Nero da. *Populações (1719-1820)*, IPG – Ensaio Econômico. USP.

⁴⁰ PRANDI, Reginaldo. Raça e religião. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Edusp, nº 42, 1995. p. 116

⁴¹ Cf. SOARES. *Devotos da Cor*. op. cit (p. 115).

A História possibilita o estudo das relações materiais, sociais, culturais das mentalidades, crenças e ritos. Além da perspectiva interdisciplinar, religiosa e antropológica que este projeto oferece.

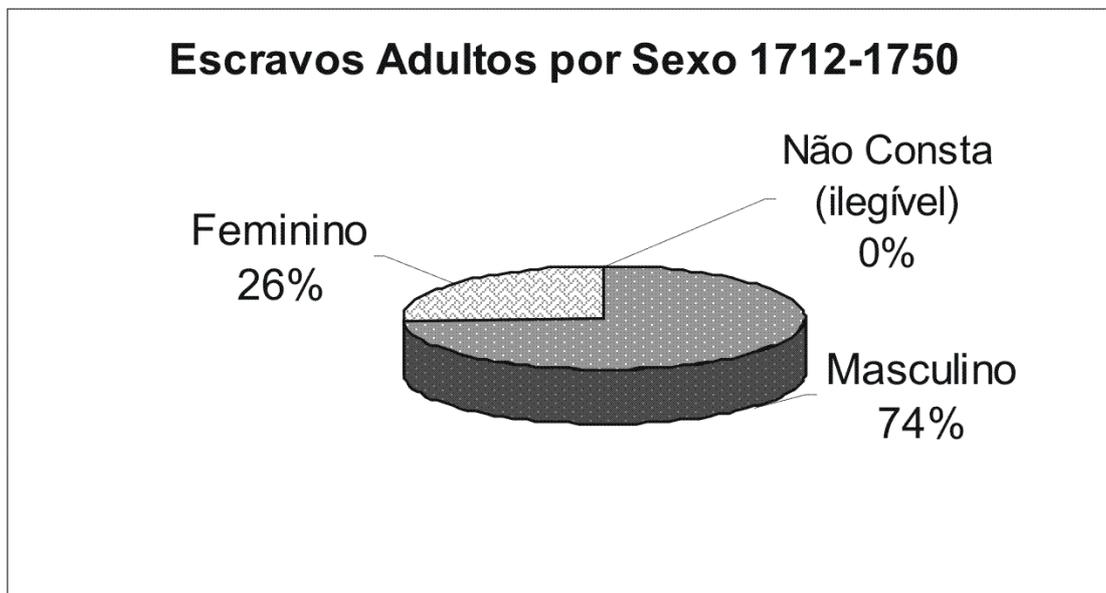
“A religião, como se sabe, pode assumir as mais variadas funções. Politicamente as igrejas atribuem um conteúdo preciso tanto à consolidação da ordem estabelecida quanto à sua subversão. Nos textos sagrados e nos rituais sempre se encontram matéria para justificar qualquer tomada de posição, tudo dependendo das circunstâncias sócio-históricas”⁴²

Segundo Eduardo França:

“uma intrincada rede de relações sociais parece ter sido construída no decorrer do processo histórico enfocado, gerando formas de convivências e conformando um imaginário coletivo. Vinculadas a este último, encontra-se várias das estratégias empregadas pela população negra mineira, no curso das mútuas adaptações engendradas entre esta e o sistema escravista colonial, constituído por atitudes e representações modelares e incorporado por uma determinada comunidade”.⁴³

No período de 1712/50, em um total de 2500 assentos de batismos, 1101 são referentes a escravos adultos:

BATISMO DE ESCRAVO ADULTOS DE 1712/50 POR SEXO



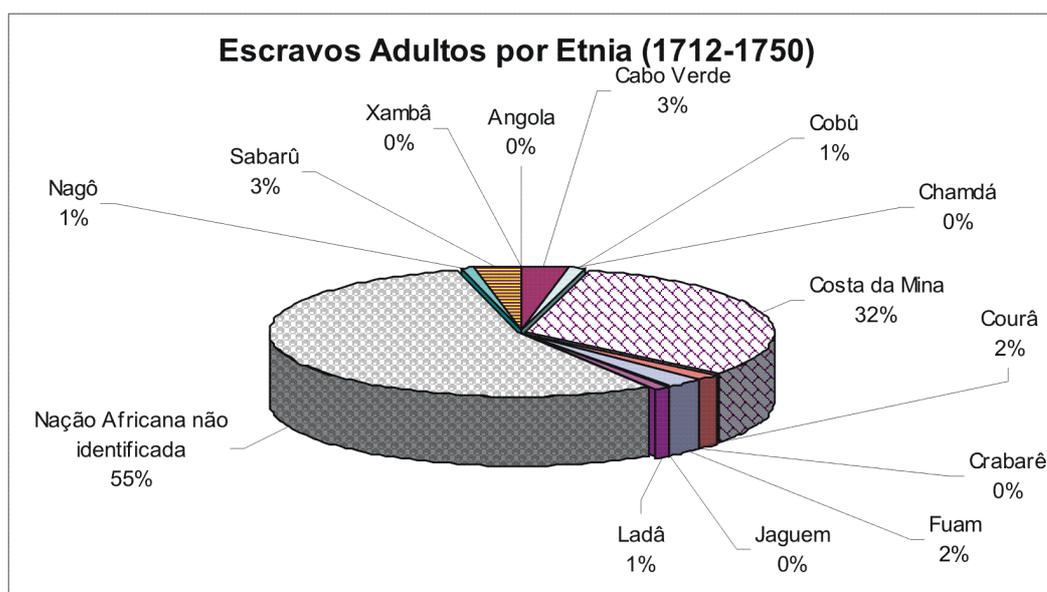
⁴² SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres da fé no Extremo Ocidente In: REIS, João José (Org). *Escravidão e invenção da liberdade estudos sobre o negro no Brasil*, SP: Brasiliense, 1988 p. 177.

⁴³ PAIVA, Eduardo França, *Escravos e Libertos nas Minas Gerais no século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995., p 25.

BATISMO DE ESCRAVO ADULTO 1712/50: SEDE E FREGUESIA

Freguesia: Matriz/Capelas	Dados numéricos
Igreja Matriz Pilar	1044
Capelas, Igrejas, Oratórios	57

BATISMO DE ESCRAVO ADULTO DE 1712/50 : ETNIAS



6 ARTÍFICES E OFICIAIS MECÂNICOS EM VILA RICA DO XVIII: PINTORES E ENTALHADORES⁴⁴

Estudaremos a mão-de-obra qualificada ocupada na ornamentação e decoração dos templos religiosos, atuantes na comarca de Vila Rica no século XVIII. Tratamos de profissionais que se destacaram na cultura artística: pintores, entalhadores e escultores. Vila Rica, caracterizada pelo precoce caráter urbano, propiciou a concentração de variado contingente populacional e, por decorrência, diversificação das atividades ocupacionais. Ali conviveram mineradores, comerciantes, ambulantes e artesãos para a manutenção das necessidades básicas, pequenos agricultores voltados para o cultivo e atendimento da demanda da micro-região. Importante acervo de procedência paroquial foi trabalhado pelo Banco de Dados da Paróquia do Pilar de Ouro Preto, coordenado pela profa. Adalgisa Arantes Campos (UFMG). Ele nos permitirá conferir informações e reconstituir famílias de artistas, através dos assentos de batismos, casamentos e óbitos.

⁴⁴ Jeaneth Xavier de Araújo, especialista em Cultura e Arte Barroca e mestranda/ UFMG

Qual a importância das artes e ofícios mecânicos do ponto de vista social e humano para a vida das populações na América portuguesa? O texto em questão trata dos artífices e artesãos responsáveis pela ornamentação e decoração dos templos religiosos, atuantes em Vila Rica no século XVIII.

Na Idade Média o termo artista nomeava apenas indivíduos atuantes nas Artes Liberais, que compreendiam o Trivium (Gramática, Dialética e Retórica) e Quadrivium (Geometria, Aritmética, Astronomia e Música)⁴⁵. Somente no final do século XIII, passou a designar aquele dotado de habilidade técnica especial, artífice compreendia aos artesãos e artistas e ofícios Mecânicos todas as atividades realizadas manualmente. Em Portugal no século XIV, o termo mester é sinônimo de ofício mecânico, homens de mesteres reservado portanto, aos oficiais mecânicos⁴⁶.

O Banco de Dados concentra informações para o estudo que propomos. O Projeto contempla a documentação de natureza paroquial (atas de batismos, casamentos e óbitos). Consideramos ainda os testamentos e inventários pertinentes, que se encontram no Arquivo da Paróquia do Pilar em Ouro Preto. É possível conferir dados e reconstituir as famílias destes artistas, através dos assentos.

Consta no Banco de Dados que o entalhador Antônio Rodrigues Quaresma, possuía cinco escravos também entalhadores a seu serviço, na década de 1740. O exemplo evidencia uso da mão-de-obra escrava sob direção do senhor. Tivemos conhecimento destes nomes devido a consultas às séries de batismo (Xavier, Joze, Emanuel e Francisco) e óbito (Manoel Courano). Antônio Rodrigues Quaresma é singularmente importante, pois foi louvado ,isto é, perito ou expert no metier em 1754 nas obras de reconstrução da Matriz do Pilar de Ouro Preto. Faleceu sem testamento, entre os bens arrolados constavam: “setenta e sete imagens de vários santos de pau pertencentes e herança do defunto abintestado Antonio Rodrigues Quaresma”⁴⁷.

⁴⁵ CASTELNUOVO, Enrico. O artista. IN: LE GOFF, Jacques. (org.) O homem medieval. Lisboa: Presença, 1989.

⁴⁶ BOXER, Charles. O Império Colonial Português. Lisboa: Edições 70,1977;CAETANO, Marcello. A Organização dos mesteres de Lisboa. Rio de Janeiro, RIHGB, volume 318,1978.

⁴⁷ BANCO DE DADOS para a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto: (1700-1899), ID-Batismo 3037, 3122, 3214, 3250 ID- Óbito 275; ARQUIVO Casa do Pilar. Registro de arrematações da fazenda, defuntos e ausentes (1767-1769). Ouro Preto; DEL NEGRO, Carlos. Escultura ornamental barroca do Brasil. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1967.

Antonio Henriques Cardozo, entalhador, morador em Ouro Preto, natural de Lisboa. Ajustou, em 1745, a fatura da primitiva portada da Matriz do Pilar. Em 1747 acertou juntamente com Francisco Xavier de Brito a talha da capela-mor da mesma matriz. Teve três filhos com Joanna Maria (natural da ilha do Fayal), batizados na Paróquia do Pilar: João, Alexandre e Joanna. Em planilha de óbito do Banco de Dados consta que era dono do falecido Manoel e de sua mãe Joana⁴⁸.

Em 1750, o considerado carpinteiro Ventura Alves Carneiro, recebeu pela execução de magnífica talha do arco-cruzeiro da Matriz do Pilar. Ano depois fora louvado nas obras da capela-mor do Pilar. Também realizou trabalhos na Matriz de Antônio Dias, capelas do Carmo e de São Francisco de Ouro Preto. Possuía os escravos Joaquim, Roza, João e Manoel⁴⁹.

Adotamos a expressão *artífice* em sentido genérico para contexto do setecentos mineiro. Conhecer o universo dos conflitos e disputas (motivos e desfechos), torna-se importante para entendermos esta população do século XVIII. Qual a trajetória dos portugueses ou mestiços que viveram e trabalharam na comarca de Vila Rica? Muitos ainda são completamente desconhecidos.

Constatai a existência de limites tênues entre os ofícios do grupo estudado. Tornou-se necessário agrupar as atividades de acordo com sua natureza, optei por reuni-las nas categorias: pintores (douradores) e entalhadores (escultores, santeiros, imaginários, marceneiros e carpinteiros). Tratamos daqueles que destacaram-se na cultura artística. Muitos transferiram-se de Portugal para este atrativo território e colaboraram na aprendizagem de mestiços. Nos canteiros de trabalho ou nas oficinas (ateliês) havia hierarquia -mestre, oficial e aprendiz- de acordo com antigas corporações medievais. A mão-de-obra era formada por homens livres, forros e escravos.

Em Minas desde finais do XVII, as atividades auríferas exigiram organização de vários setores. A comarca de Vila Rica foi escolhida como foco privilegiado devido à sua relevância econômica e social, não sendo possível empreender pesquisa sobre a história dos artífices e oficiais mecânicos, sem esclarecermos local e período para

⁴⁸ ID- Batismo 3681, 3746, 3617. ID- Óbito 1689.

DEL NEGRO, Carlos. Escultura ornamental barroca no Brasil, 196; MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices, 1974.

⁴⁹ ID- Batismo 1337, 1446, 1447, 8444, 9770.

análise. Em Vila Rica conviveram mineradores, comerciantes, ambulantes e artesãos, formando expressivas camadas médias. Para manutenção das necessidades básicas atuaram profissionais como ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, além dos pequenos agricultores voltados para o cultivo e atendimento da demanda micro-regional.

Na América portuguesa, inicialmente as obras religiosas tinham procedência européia. No século XVII elas serviram de modelos para a produção em oficinas conventuais situadas no litoral. Já no dezoito, caracterizado pela interiorização da colonização, houve a proibição das ordens religiosas regulares em áreas mineradoras. Assim paulatinamente a fatura de imagens religiosas tornou-se produto de artistas leigos. Acentuaram-se as diferenças regionais, levando à criação de escolas autônomas como (pernambucana, baiana, carioca, mineira)⁵⁰. No entanto, por todo o XVIII e parte do XIX continuou a importação de imagens vindas principalmente de Portugal.

Nas Minas setecentistas entre os artigos de grande circulação, constavam os objetos de culto: imagens, oratórios, medalhas, estampas e tudo que dissesse respeito à vida católica. São elucidativos os trabalhos da profa. Beatriz Magalhães, que ao estudar testamentos e inventários, descortinam a vida cotidiana dos mineiros no século XVIII⁵¹. O aspecto devocional era característico da religiosidade dos povoadores provenientes de Portugal, que transplantaram seus costumes. Sabemos da vinda de acervo lusitano e de outras regiões (Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco), como também de mobiliário e vestuário. Contudo, as dificuldades no transporte, preços elevados, ocasionaram o desenvolvimento de produção própria.

Nas vilas e cidades o Senado da Câmara encarregava-se de regulamentar a vida municipal, o fazia também no tocante aos ofícios mecânicos. No 1º livro de atas da CMOP (1711 a 1715), podemos ver um dos primeiros atos para ordenar o município no que diz respeito aos ofícios mecânicos: “que todas as pessoas que tivessem lojas abertas e vendagens, e todos os ofícios de qualquer ofício (...) tirassem novas licenças”.⁵²

⁵⁰ OLIVEIRA, Myriam Ribeiro de. *A imagem religiosa no Brasil*. São Paulo: Brasil 500 anos, 2000.

⁵¹ MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. *A demanda do trivial*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1987.

⁵² ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 49,1 927. p. 245

Observando as Posturas da CMOP podemos ter noção de como elas eram aplicadas em Vila Rica.⁵³

A partir de 1730 ocorre a reforma, reconstrução e ornamentação dos principais templos de Vila Rica (reconstrução da Igreja Matriz do Pilar após 1730)⁵⁴. Apesar de na terceira década do setecentos as catas auríferas já mostrarem sinais de esgotamento, este fato não será imediatamente sentido nas obras das capelas e matrizes. Pois a pobreza podia ser individual, mas quando escravos ou brancos pobres reuniam-se confratrialmente, eles adquiriam condições econômicas para construir belíssimas igrejas ornamentadas de ouro. Entretanto, já por volta de 1840 ou mais precisamente “na segunda metade do oitocentos, tinham desaparecido os grandes entalhadores e artífices da Província”.⁵⁵

Quanto às instituições de ensino artístico somente no primeiro quartel do século XIX, Manuel da Costa Ataíde envia petição ao rei para que se crie escola de desenho e pintura em Mariana⁵⁶. No setecentos a aprendizagem deu-se no próprio canteiro de obras. Era comum o escravo de ganho, principalmente nas áreas urbanas. Estes viam-se obrigados a aprender ofício para serem alugados a terceiros. Caso conhecido foi do entalhador português Francisco Vieira Servas que manteve sob seus ensinamentos o escravo Silvério Dias, propriedade de senhora marianense por um período de sete anos⁵⁷.

Em 1824, as corporações de ofícios foram oficialmente extintas no Império do Brasil. No entanto, desde inícios do XIX, ocorreram mobilizações para implantação na Província de Minas dos Liceus de Artes e Ofícios⁵⁸, os quais com características diversas das corporações, o que dificultou sua sobrevivência.

⁵³ ARQUIVO Público Mineiro. Livro de Posturas Municipais, CMOP 10 (1720-1826) fl. 11 e 12.

⁵⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Tratos Culturais, 2000.

⁵⁵ Idem. *ibid.* COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica... e OLIVEIRA, Myriam Andrade R. de. Barroco e rococó na arquitetura colonial mineira. Revista do IFAC/ UFOP, Ouro Preto, , n.1, dez. 1994.

⁵⁶ BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

⁵⁷ MARTINS, Judith e texto de Beatriz Coelho.

⁵⁸ VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.